

# SENADO FEDERAL

## PARECER

### Nº 1.197, DE 2011

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, do Senador Cyro Miranda, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação -- para dispor sobre o atendimento na educação especial.

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

#### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 589, de 2011, de autoria do Senador CYRO MIRANDA, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, para dispor sobre o atendimento na educação especial. Para tanto, a proposição altera a redação do art. 58 da referida norma e acrescenta dois incisos ao *caput* do seu art. 59.

A nova redação do § 3º do art. 58 é atualizada em conformidade com a Emenda Constitucional nº 59, de 2010, em face do estabelecimento de nova idade para acesso à educação infantil, recebendo, ainda, um acréscimo, que prevê a continuidade de oferta, independentemente da idade e da etapa escolar frequentada pelo educando.

Já os incisos VI e VII prescrevem, respectivamente, a avaliação de necessidades específicas de desenvolvimento por equipe multiprofissional da escola ou em parceria com profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), e a interação com a família para fins de decisão quanto ao atendimento a ser oferecido.

De acordo com o art. 3º do PLS, a nova lei deve entrar em vigor na data de sua publicação.

Para justificar a iniciativa, o autor lembra os equívocos da inclusão sem critérios, sem a audiência e participação da comunidade, a exclusão do sistema por um critério de idade que não tem respaldo constitucional ou legal.

À matéria, ora apreciada em decisão terminativa nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 589, de 2011, está sendo analisado nesta Comissão por força de sua competência, inscrita no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), para apreciar matérias de natureza educacional.

Já a decisão terminativa decorre do disposto no art. 91, I, do mesmo Risf, que confere às Comissões, no âmbito das respectivas atribuições, a prerrogativa de decidir sobre projetos de autoria de Senador, dispensada a competência do Plenário.

No que tange ao exame de constitucionalidade, a matéria não encontra qualquer óbice nos aspectos material e formal. A matéria objeto do PLS nº 589, de 2011, encontra-se entre aquelas incumbidas à competência privativa da União, consoante disposto no art. 22, XXIV, da Constituição Federal, não incidindo, ademais, em matéria reservada à iniciativa privativa do Presidente da República. No mais, o Congresso Nacional está legitimado a dispor sobre o assunto, nos termos do art. 48, *caput*, da Carta Magna.

No mais, a espécie legislativa adotada é adequada, inclusive para o alcance dos efeitos esperados, razão por que não caberia falar em injuridicidade da proposição. Da mesma maneira, não foram detectados quaisquer indícios de inobservância da regimentalidade da matéria ou atentatórios contra a boa técnica legislativa de que cuida a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação ao mérito, a proposição envolve oportunidade e relevância social. Ao contrário do que se possa pensar, seus efeitos em relação à inclusão educacional são potencialmente mais alentadores do que os resultados até aqui conseguidos por meio do atual modelo de inclusão.

Como se sabe, a inclusão que temos vivenciado até aqui tem sido realizada sem critérios, a qualquer preço e sem considerar as condições mínimas para a sua efetivação, inclusive no tocante à acessibilidade de espaços físicos e instalações e de preparação dos professores.

Em tais moldes, esse arremedo de inclusão, em que as famílias nem sequer são consultadas, tem causado transtorno aos sistemas de ensino, aos professores e aos pais, causando insatisfação em todos esses segmentos.


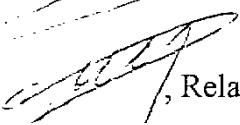
Mas, pior do que isso, é que as possibilidades de desenvolvimento oferecidas aos educandos pelo modelo são mínimas. A sua inclusão em salas e escolas comuns tem sido meramente física. Embora essa forma possa contribuir para a sua visibilidade na sociedade, é certo que pouco lhes tem oferecido em termos de acesso a oportunidades de aprendizagem. Assim, continua a exclusão, a nosso juízo ainda mais perversa, porque tendente a negligenciar uma presença humana e promissora de resultados inatingíveis.

Por tudo isso, sem romper com a inclusão nos casos em que ela é desejável e justificável, a proposição em exame acena com novas perspectivas para os educandos com necessidades educacionais especiais e suas famílias. Por essa razão, entendemos que a matéria merece a acolhida desta Casa Legislativa.

### III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, e, no mérito, por sua APROVAÇÃO.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 2011.

  
Presidente  
  
Relator

# COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 589/11 NA REUNIÃO DE 15/10/2011  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

## Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)

ANGELA PORTELA	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ
ANA RITA	3-MARTA SUPPLY
PAULO PAIM RELATOR	(VAGO)
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
JOÃO RIBEIRO	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7-PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA	9-ZEZÉ PERRELLA
INÁCIO ARRUDA	10-(VAGO)

## Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

ROBERTO REQUIÃO	1-ROMERO JUCÁ
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE
GARIBALDI ALVES	4-WALDEMIR MOKA
(VAGO)	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA	9-(VAGO)

## Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS
(VAGO)	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO
MARIA DO CARMO ALVES	4-CLOVIS FECURY
JOSÉ AGRIPINO	5-DEMÓSTENES TORRES

(PTB)

ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)

(PSOL)

MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
---------------	----------------------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				DELÍCIDIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANARITA	X				MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM	X				VAGO				
WALTER PINHEIRO					CLÉSIO ANDRADE				
JOÃO RIBEIRO					VICENTINHO ALVES				
MAGNO MALTA					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BUARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES	X			
LIDEE DA MATA					ZEZÉ PERRELA				
INÁCIO ARRUDA	X				VAGO				
TITULARES (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					ROMERO JUCA				
EDUARDO AMORIM	X				VALDIR RAUPP				
GEOVANI BORGES					LUIZ HENRIQUE				
GABRIEL DI ALVES					WALDEMIR MOKA				
VAGO					VITAL DO REGO				
PEDRO SIMON					SERGIO PETEÇAO				
RICARDO FERRAÇO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA					VAGO				
ANAMÉLIA	X				VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA					ALVARO DIAS	X			
VAGO					ALOYSIO NUNES FERREIRA	X			
PAULO BAUER					FLEXA RIBEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CLOVIS FECURY				
JOSÉ AGRIPINO					DEMÓSTENES TORRES				
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				MOZARILDO CAVALCANTI	X			
JOÃO VICENTE CLAUDINO					VAGO				
TITULARES - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: -- ABS: -- AUTOR: PRESIDENTE: OL

SALA DAS REUNIÕES, EM 26/11/2011

SENADOR PAULO BAULER  
Vice-Presidente da Comissão de Educação,  
Cultura e Esporte

## **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional;

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1996**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

### **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

.....

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

.....

Of. nº 141 /2011/CE

Brasília, 25 de outubro de 2011.

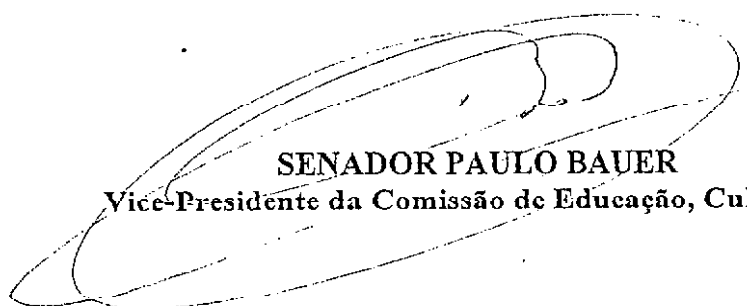
A Sua Excelência o Senhor  
**Senador JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

**Assunto: Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 589, de 2011, de autoria de Sua Excelência o Senhor Senador Cyro Miranda, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - para dispor sobre o atendimento na educação especial."

, Atenciosamente,



**SENADOR PAULO BAUER**  
Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Publicado no **DSF**, de 27/10/2011.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília  
OS;15733/2011